



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA**

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Processo Administrativo Eletrônico nº 03613/2024

Objeto: contratação de prestação de serviços de Auxiliar de Gestão de Urnas Eletrônicas e Apoio às Eleições

1. OBJETIVO

1.1. Têm por objetivo o presente Gerenciamento de Riscos identificar os eventos que ensejam riscos e os impactos associados desde o planejamento da aquisição até o encerramento do contrato e estudar as soluções aplicáveis para fins de controle, prevenção e mitigação de acordo com as disposições contidas nos arts. 25 e 26 da IN 5/2017 – SEGES/MPDG; Resolução TSE nº 23.702/2022 e Resolução TRE/RN nº 17/2017.

1.2 Por se tratar de serviço de caráter contínuo e de apoio à gestão de urnas eletrônicas, há de se dar atenção especial à tramitação do processo, haja vista o prazo de vigência do contrato atual (69/2020): 01.02.2025.

1.3 Trata-se de uma contratação prioritária, como demonstrado nos Estudos Técnicos Preliminares, pela necessidade de dar continuidade às atividades de gestão das urnas eletrônicas e de seus suprimentos, inclusive quanto à manutenção preventiva e conservação, necessários para utilização nas eleições realizadas por este TRE/RN.

1.4 A falta desses profissionais, portanto, nos quantitativos especificados nos Estudos Técnicos Preliminares, impacta na continuidade de atividades essenciais para o bom funcionamento das urnas eletrônicas durante as eleições, pondo em risco o cumprimento da missão institucional da Justiça Eleitoral de garantir a regularidade do processo eleitoral.

1.4 Segue mapa de riscos com as ações a serem adotadas pelas unidades competentes visando minimizar o risco ou sanar/reduzir os impactos, no caso de ocorrência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA

MAPA DE RISCOS

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
1	1 - Demora na realização da pesquisa de preços.	B	1 - Atraso na tramitação do processo licitatório, gerando comprometimento da continuidade da prestação dos serviços.	M	2 - Acompanhar os prazos definidos no Plano de Contratações Anual com o intuito de atuar junto à Equipe de Planejamento para evitar atrasos na tramitação do processo. Resp: COLIC, Unidade Demandante.	1 - Encurtar os prazos dentro de cada unidade para evitar atrasos e realizar a contratação no tempo previsto. Resp: Administração.
1	1 - Contratação de serviços inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do TRE/RN.	B	1 - Contratação ilegal à luz do disposto no Decreto nº 9.507/2018, Resolução TSE nº 23.702/2022 e jurisprudência do TCU. 2- Impacto nos cálculos das despesas com pessoal no Relatório de Gestão Fiscal, conforme dispõe o § 1º do art 18 da LC 101/2020 (Lei de Responsabilidade Fiscal).	A	1 - Leitura atenta das vedações contidas no Art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, Art. 12 Res. TSE nº 23.702/2022 e acórdãos do TCU. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Deixar claro nos artefatos da fase de planejamento da contratação que os serviços serão de apoio/auxílio, devendo as atividades relativas ao planejamento, pareceres técnicos, decisões, e outras de cunho estratégico serem de responsabilidade dos servidores. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Consulta ao CBO (Código Brasileiro de Ocupações), Decreto-lei nº 9.295/46 e Resolução TSE nº 20.761/2000	1 - Promover alteração qualitativa no contrato para adequar as atividades dos terceirizados de acordo com a legislação. Não sendo possível, promover a extinção imediata do contrato. Resp: Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					para fins de seleção de profissional não abrangido pelo plano de cargos do TRE/RN. Resp: Equipe de Planejamento.	
1	1 - Contratação de quantitativo de profissionais inferior às necessidades.	M	1 - Serviços não serão executados nos prazos necessários, considerando que as atividades envolvendo todas as urnas devem ocorrer em ciclos quadrimestrais. 2 - Provável queda na qualidade dos serviços executados pela baixa quantidade de terceirizados a disposição.	A	1 - Previsão no planejamento da contratação dos pacotes de acionamento eventual de serviços adicionais para minimizar ou suprir possível carência de mão de obra. Resp: Equipe de Planejamento.	1 - Acionamento dos pacotes de serviços adicionais. Resp: Equipe de fiscalização.
1	1 - Sobrecarga de trabalho dos servidores da Seção de Urna Eletrônica - SUE por falta de pessoal para execução de atividades acessórias à conservação das urnas eletrônicas.	MA	1 - Desvio de função dos servidores e riscos de não cumprimento dos prazos de entrega das urnas eletrônicas.	MA	1 - Conforme consultoria realizada pela AUDI do TRE/RN (processo nº 13224/2022) foi apontada a terceirização de mão de obra como uma das formas de recomposição da força de trabalho. Resp: Administração.	Não há.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
2	1 - Erro no estabelecimento do valor estimado.	MB	1 - Contratação superfaturada, no caso de valor estimado com sobrepreço. 2 - Licitação deserta ou fracassada, no caso de valor estimado subdimensionado.	MA	1 - Indicar no termo de Referência a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional que for utilizada na pesquisa de preços. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Ler toda a Convenção Coletiva indicada no Termo de Referência, analisando o salário e os benefícios obrigatórios. Resp: SETEC. 3 - Preencher cuidadosamente a planilha de custos e formação de preços, identificando os campos de pagamento obrigatório. Resp: SETEC. 4 - A pesquisa de preços deverá ser realizada com base na IN nº 5/2017 - MPDG e IN nº 65/2021 – SEGES/ME. Resp: SETEC.	1 - No caso da contratação ser efetivada, deverá ser proposta redução no valor do contrato a níveis compatíveis com o mercado ou extinção contratual. Resp: Equipe de Fiscalização e Administração. 2 - No caso de fracasso da licitação, deverá ser realizado novo procedimento de contratação, com nova pesquisa de preços corrigindo os vícios existentes. Resp: Equipe de Planejamento e SETEC.
2	1 - Falta de interesse do mercado no objeto da licitação.	MB	1 - Contratação deserta ou fracassada.	MA	1 - No Termo de Referência, exigir apenas os documentos de habilitação previstos na Lei nº 14.133/2021, IN nº 5/2017 - SEGES/MPDG. Resp: Equipe de Planejamento.	1 - Consultar o mercado a fim de conhecer os motivos do desinteresse e realizar novo procedimento de contratação, excluindo do Termo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					<p>2 - Para fins de contratação, adotar no Termo de Referência apenas as exigências necessárias. Evitar, por exemplo, cláusula de reserva geográfica e permitir subcontratação parcial, se cabível.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - Consultar previamente o mercado.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>4 - Divulgação ostensiva do edital nos canais de comunicação do TRE/RN e envio aos órgãos de classe da categoria (Conselho e Sindicato).</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>de Referência as exigências restritivas.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>
3	1 - Contratada atrasa pagamento aos seus funcionários.	M	<p>1 - Possíveis demandas judiciais pelos atrasos nos pagamentos aos funcionários terceirizados.</p> <p>2 - Insatisfação dos funcionários pelo atraso no pagamento já que se trata de direito líquido e certo</p>	A	<p>1 - Prever no Termo de Referência a aplicação de sanções administrativas para o caso de atraso no pagamento por parte da contratada aos seus funcionários.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Prever no Termo de Referência a possibilidade do TRE/RN pagar o salário e</p>	<p>1 - Realizar o pagamento diretamente aos terceirizados, nos termos previstos no Edital do certame licitatório e no contrato.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização, SEGECE e Administração.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
			receber o salário e demais benefícios dentro do prazo previsto em lei e no contrato trabalhista.		demais benefícios diretamente aos funcionários terceirizados. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Exigir no Termo de Referência que a contratada providencie a abertura de conta vinculada ou que o pagamento seja realizado pelo fato gerador. Resp: Equipe de Planejamento. 4 - Indicar no Termo de Referência cláusula que exija da contratada o pagamento aos funcionários dos valores vigentes em convenção coletiva, independentemente do pedido de repactuação. Resp: Equipe de Planejamento.	2 - Oficiar a empresa contratada alertando para a possibilidade de extinção contratual caso a situação venha a se repetir e aplicar as sanções administrativas cabíveis. Resp: Equipe de Fiscalização e AJDG.
3	1 - Prática de assédio promovida pelo TRE/RN contra os funcionários terceirizados.	MB	1 - Insatisfação dos funcionários pelo dano moral sofrido, podendo ocorrer judicialização quanto ao assédio praticado.	MA	1 - Prever no Termo de Referência a necessidade de conhecimento por parte dos funcionários da contratada da política de combate ao assédio promovida pelo TRE/RN. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Estudar a legislação e regulamentação sobre o tema em fontes como CNJ, TSE e TCU.	1 - Intensificação da fiscalização contratual para conscientizar o servidor que estiver praticando assédio contra o funcionário terceirizado. Resp: Equipe de Fiscalização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					<p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - Campanha de divulgação interna.</p> <p>Resp: Administração.</p>	
3	1 - Insatisfação dos profissionais com o baixo salário a ser pago.	A	1 - Profissionais em busca de melhores condições salariais, provocando alta rotatividade nos postos de trabalho.	A	<p>1 - Procura por uma CCT com melhores condições salariais.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	Não há.
3	1 - Terceirizado realizar atividades não previstas em contrato (desvio de função).	M	<p>1 - Prejuízo na execução dos serviços que estão previstos em contrato.</p> <p>2 - Insatisfação dos profissionais com possibilidade de judicialização.</p>	MA	<p>1 - As atribuições dos terceirizados deverão estar de acordo com aquelas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho e no Sistema de Código Ocupacional do Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>2 - Será prevista no Termo de Referência a função de supervisão, na qual o profissional fará uma triagem prévia dos serviços a serem executados.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>1 - A contratada será orientada a expor de imediato a fiscalização de qualquer atividade que for solicitada e não esteja prevista em contrato.</p> <p>Resp: Equipe de Fiscalização.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
3	1 - Relação de pessoalidade e subordinação entre Contratante e empregados da Contratada que possam caracterizar relação empregatícia.	B	1 - Reconhecimento do vínculo empregatício pela Justiça Trabalhista levando a prejuízo ao erário.	MA	<p>1 - Para evitar a pessoalidade (um dos elementos da relação de emprego), os profissionais irão laborar em ambiente exclusivo, separado das unidades interessadas no objeto. Para tanto, deverão atuar no Centro de Operações da Justiça Eleitoral do TRE/RN, em local adequado para a realização dos serviços.</p> <p>Resp: Administração.</p> <p>2 - Visando evitar a subordinação direta (outro elemento da relação de emprego), os serviços serão solicitados ao supervisor da contratada que fará a triagem e junto com a equipe de terceirizados definirá o método adequado de execução.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p> <p>3 - De acordo com a IN nº 05/2017 - SEGES/MPDG será estabelecido no Termo de Referência as atividades a serem executadas pelos terceirizados como forma de evitar a subordinação jurídica.</p> <p>Resp: Equipe de Planejamento.</p>	<p>1 - O STF adotou entendimento da impossibilidade de vínculo empregatício entre terceirizado e a Administração Pública, diferentemente do entendimento adotado pelo TST. Caso o vínculo empregatício seja reconhecido pela Justiça Trabalhista, a União deverá recorrer ao STF.</p> <p>Resp: Administração.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
3	1 - Empresa contratada indicar profissionais inabilitados ou com pouca experiência.	M	1 - Baixa qualidade dos serviços executados. 2 - Prejuízo na fiscalização dos contratos com mão de obra terceirizada e outras atividades decorrentes do objeto contratual.	MA	1 - Indicar no Termo de Referência o IMR - Índice de Medição de Resultado com possibilidade de glosa no pagamento para serviços entregues com qualidade inferior ao mínimo exigido. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Indicar no Termo de Referência entre as condições da contratação a habilitação do profissional bem como a experiência mínima necessária. Resp: Equipe de Planejamento. 3 - Fiscalizar se a qualificação do profissional indicado pela contratada está de acordo com o exigido em Edital. Resp: Equipe de Fiscalização.	1 - Glosar o pagamento de acordo com o IMR. Resp: Equipe de Fiscalização e Administração.
3	1 - Interrupção da execução do contrato pela contratada.	B	1 - Serviços não serão executados ocasionando prejuízo ao TRE/RN.	MA	1 - Previsão no Termo de Referência da garantia contratual. Resp: Equipe de Planejamento. 2 - Previsão em Edital de critérios de habilitação econômico-financeira. Resp: Equipe de Planejamento.	1 - Acionamento da garantia contratual. Resp: Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ELEIÇÕES
COORDENADORIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA

Fase	Descrição do Risco	Possibilidade de ocorrência do risco	Dano que pode ser causado, na ocorrência do risco	Impacto	Ação preventiva	Ação de contingência
					3 - Previsão no Termo de Referência de aplicação das sanções administrativas cabíveis. Resp: Equipe de Planejamento.	

Fases:

Fase 1: Planejamento da contratação,

Fase 2: Seleção do fornecedor,

Fase 3: Gestão do contrato

Tabela de Gradação (Possibilidade de ocorrência do risco e Impacto):

MA - Muito Alto,

A - Alto,

M - Médio,

B - Baixo,

MB - Muito Baixo

Natal/RN, 04 de junho de 2024

Douglas Santos
Integrante Demandante

Luís Panatis Leite de Paiva
Integrante Técnico

Ernesto Leça Pinto
Integrante Administrativo